

Fazenda já admite perda de R\$ 15 bi com greve

Por Estevão Taiar, Marta Watanabe, Bruno Villas Bôas e Fabio Graner | De São Paulo, Rio e Brasília

A equipe econômica considera provável que os impactos diretos da paralisação dos caminhoneiros sobre a atividade fiquem na casa dos R\$ 15 bilhões (ou 0,2% do PIB, aproximadamente), como apurou o Valor, considerando apenas o impacto na parada da produção, sem estimar efeitos mais subjetivos decorrentes da deterioração das expectativas e índices de confiança. Integrantes do governo, como o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o presidente do IBGE, Roberto Olinto, admitiram ontem que o crescimento deste ano deve ser menor que o previsto, mas evitaram fazer estimativas.

O cálculo do prejuízo de cerca de R\$ 15 bilhões foi exposto ontem no Prisma Fiscal, encontro trimestral entre membros da Fazenda e economistas do setor privado, na sede do ministério em São Paulo. O

teor da reunião foi confirmado por três participantes que pediram anonimato.

Segundo os relatos, o secretário de Política Econômica, Fabio Kanczuk, afirmou que a Fazenda usou diversas metodologias para estimar os impactos da greve. A que indicava um prejuízo de cerca de R\$ 15 bilhões parecia a mais correta. É um número menor do que as estimativas que vêm sendo divulgadas por instituições financeiras e consultorias. O cálculo, porém, leva em conta principalmente o que foi perdido de produção e não contempla impactos da crise sobre a confiança de empresários e planos de investimento.

Boa parte do setor privado está pessimista não só com os impactos da paralisação mas também com o ritmo de retomada da atividade e as turbulências recentes do mercado financeiro. De acordo com um dos analistas, ainda não está totalmente claro quanto as revisões recentes para baixo do PIB foram influenciadas pela paralisação e

quanto pela própria frustração com a retomada.

Kanczuk, segundo um dos participantes do evento, afirmou que não vê tamanha piora dos fundamentos econômicos que justifiquem as turbulências da semana passada e que acredita em alguma melhora das condições financeiras no futuro.

À tarde, Guardia sinalizou que é possível que o PIB de 2018 seja revisado para baixo na próxima divulgação da programação orçamentária e financeira. Questionado sobre o assunto após o evento em São Paulo, o ministro não descartou a hipótese. "Pode, pode ser", disse. "A gente revê a previsão a cada dois meses quando a divulgamos a programação orçamentária e financeira. Vamos continuar fazendo isso. Quando a gente faz a revisão, reprojeta receita e despesa para o ano, e nós sempre divulgamos uma nova grade de parâmetros. Isso é o que a gente sempre fez. Esse processo de revisão é contínuo. A cada dois meses temos





isso atualizado e evidentemente levamos em consideração as últimas informações disponíveis", disse. Guardia também participou da reunião do Prisma.

Atualmente, o governo prevê crescimento de 2,5% em 2018. Já o relatório Focus, do Banco Central, apontava ontem que a mediana das estimativas dos economistas do mercado financeiro para o produto caiu de 2,18% para 1,94%.

"Vamos esperar uma próxima revisão e vamos divulgar um número. O que não quero é a cada semana sair com novas projeções de crescimento. Temos um processo organizado que é reprojeter receitas e despesas e isso exige um cenário macroeconômico. Então me parece muito adequado fazer isso a cada dois meses e é o que vamos continuar fazendo", disse Guardia.

Olinto, do IBGE, afirmou que a

greve vai afetar negativamente o PIB do segundo trimestre de forma ainda "não quantificável". Durante coletiva na sede do órgão, no Rio, ele criticou as projeções de analistas, as quais considera "pouco científicas".

"Você tem economistas falando que é só tirar o equivalente ao PIB de um mês do trimestre e esse é o prejuízo. É bastante perigoso esse tipo de lógica. Uma greve desse tipo não dá para fazer projeção de que vai ser assim ou assado, porque tem 'n' alternativas", afirmou.

O presidente do IBGE disse que a paralisação gera impactos via, por exemplo, a deterioração de mercadorias perecíveis, como alimentos, hortaliças e leite. "Já o que foi entregue atrasado, você recupera a receita. Neste caso, podemos ter simplesmente um ponto fora da curva e depois uma estabilização", disse.

Não existe nenhuma evidência até

o momento de que a greve dos caminhoneiros "matou" um mês inteiro de atividade econômica, disse.

"É inegável que houve uma crise de oferta. O país vai vivendo um semestre eleitoral, o que cria instabilidades. Você tem nesse momento eleitoral uma série de previsões que não são das mais científicas, que têm outros interesses", disse, sem especificar as fontes dessas projeções e quais seriam seus interesses.

Para Olinto, a preocupação é medir corretamente o que aconteceu na greve, o que deixará o IBGE "mais atento na observação e crítica dos dados" de suas pesquisas. "Você tem problema de distribuição de gás, que não foi recuperado. Mas perecíveis e legumes foram regularizados razoavelmente. Se vai ter um impacto de mais longo prazo ou de curto prazo é o que estamos preocupados e acompanhando."

Ministro da Fazenda diz que economia já voltou ao normal

São Paulo- A economia brasileira voltou ao normal, após desabastecimentos e perdas causadas pela paralisação de caminhoneiros, retomando a trajetória de crescimento, mas precisa que as reformas continuem para atingir um desempenho sustentável, disse nesta segunda-feira o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

Falando a jornalistas em São Paulo, o ministro avaliou como "descabido" discutir mudanças na meta de inflação antes da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), prevista para a última semana do mês. Composto por Guardia, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, e o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, o CMN decidirá a meta de inflação de 2021 na reunião deste mês.

A recuperação da economia brasileira vinha ocorrendo em escala crescente no primeiro trimestre, mas o ritmo perdeu força e não se repetirá nos próximos trimestres, segundo o ministro do Planejamento. Na avaliação de economistas do mercado consultados pelo Banco Central todas as semanas no boletim Focus, a expansão da economia será

inferior a 2 por cento neste ano.

A economia brasileira acelerou ligeiramente no primeiro trimestre, avançando 0,4 por cento sobre os três meses anteriores, em linha com estimativas do mercado. Já o desempenho do segundo trimestre se tornou mais difícil de prever depois dos 11 dias de paralisação dos caminhoneiros, que causou desabastecimento de insumos para a indústria e de produtos básicos para o consumidor, além de gerar perdas estimadas de mais de 5 bilhões de reais na agropecuária.

A questão foi solucionada com um pacote fiscal ao custo de 13,5 bilhões de reais, levantando ainda dúvidas sobre a sustentabilidade das contas do governo. "Não há dúvida de que a greve teve prejuízos para o país, a greve paralisou o país durante 10 dias, tivemos desabastecimento, afetou diversos setores da economia, inclusive a atividade dos próprios caminhoneiros", disse Guardia. "O que a gente tem que discutir agora é qual é o impacto disso e eu vi muitos números que me parecem excessivos."

Segundo Guardia, a alta de preços influenciada pela falta de

produtos que não conseguiam chegar ao consumidor pela paralisação nas estradas tende a não contaminar a economia por muito tempo. "No momento da greve você teve desabastecimento e preços subiram, refletindo a falta da disponibilidade desses bens. Namedida que a economia volta a funcionar, os preços voltam à sua normalidade", afirmou. O efeito da paralisação dos caminhoneiros sobre a indústria ainda não foi quantificada, segundo o presidente interino da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), José Roriz Coelho, mas deve vir com a redução do PIB neste ano.

Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), Coelho assumiu a presidência na semana passada, após Paulo Skaf sair para concorrer às eleições deste ano. Segundo o presidente interino da entidade, o PIB deste ano não deve ultrapassar um crescimento de 2%, e a perspectiva mais realista é que fique em torno de 1,5%. "Qualquer número agora é prematuro, mas o PIB que se imaginava de até 3% dificilmente será atingido."

Governo tenta economizar cortando gastos com caneta e grampeador

LAÍSALEGRETTI

A cada R\$ 1 de compra de material de papelaria, o governo gasta mais R\$ 2 só com a logística do processo.

A crise fiscal abriu espaço para que o Ministério do Planejamento mude o atual sistema e centralize a compra de papéis, caneta e outros itens.

Hoje cada ministério faz suas próprias compras e decide, por exemplo, se quer uma caneta azul do corpo incolor cilíndrico ou uma caneta azul do corpo incolor sextavada.

Com os 47 tipos de caneta esférica, a lista de material tem mais de 1.900 itens descritos.

São 36 tipos de grampeador, 46 variações de cola e mais de 50 espécies de espiral de encadernação.

Até alfinete de mapa (niquelados ou galvanizados, nas cores branco,

preto, vermelho, verde, azul e amarelo) e barbante de algodão (cru, torcido ou encerado) entram no catálogo dos ministérios.

"Cada um vai lá e especifica o material do tipo que quer e a gente perde o controle", afirmou à Folha o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gleisson Rubin.

O Planejamento vai reduzir a lista para 50 itens e abrir uma licitação, com pregão previsto para sexta-feira (15), para contratar uma empresa que fornecerá o material à medida que os órgãos solicitarem.

Vencerá a concorrência aquela que oferecer a maior taxa de desconto.

Além de acabar com os mais de 200 procedimentos de compra que acontecem a cada ano, a medida eliminará a necessidade de estoque nos prédios --que, em alguns casos, são salas alugadas.

"A empresa terá que manter os

materiais no estoque dela, de forma que vou zerar meu uso de espaço para guarda de material. Ela terá de fazer o transporte de material até o ponto do demandante", diz Rubin.

A expectativa do governo é que a mudança, que previsão de implementação em julho, represente uma economia de R\$ 13 milhões por ano.

"Não vou resolver o problema de resultado primário [meta fiscal] com essas medidas, mas elas precisam ser feitas porque, se o Estado não aproveita um contexto como este para se repensar, ele não vai fazer isso no momento de conforto orçamentário."

Apesar da estimativa de economia, o secretário aponta que o maior benefício é o controle, para minimizar chances de fraude e mau gasto do dinheiro público.

"A graça disso é a questão do controle, mais do que o ganho de recurso. É dar a transparência do que





cada órgão está comprando e quanto ele está pagando por isso", afirma.

O sistema de compras vale para órgãos da administração direta que ficam no Distrito Federal.

Outros Poderes poderão aderir, se desejarem.

Além de obrigar o governo a repensar processos arcaicos, o contexto de crise nas contas públicas faz com que as medidas de contenção sejam aceitas com maior facilidade.

O déficit nas contas públicas soma R\$ 124,9 bilhões em 12 meses até abril, de acordo com os dados mais recentes do Ministério da Fazenda.

A meta fiscal para este ano é de um rombo nas contas de R\$ 159

bilhões.

O controle na compra de material de papelaria faz parte de uma série de mudanças nos modelos de contratação do governo, que começou em 2014 com passagem aérea.

A União deixou de contratar agências de viagens e passou a comprar passagens diretamente com companhias aéreas. A estimativa é que o governo tenha obtido 15% de redução no valor dos bilhetes.

No ano passado, o governo começou a implementar o TaxiGov, que substitui os carros alugados ou comprados pelos ministérios por táxi, cujo uso é controlado pelo Planejamento a partir da identificação dos servidores.

23 Estados entram no STF para recuperar repasses da União

Carolina Linhares

Belo Horizonte- Uma ação que cobra a partilha de verba da Desvinculação das Receitas da União (DRU) com os estados foi protocolada nesta segunda-feira (11) no STF (Supremo Tribunal Federal) pelos governos de 23 estados e do Distrito Federal — somente Rio Grande do Sul, Espírito Santo e São Paulo não endossam a medida.

A DRU, prevista na Constituição, passou a ser adotada em 1994, na esteira do Plano Relá, e permite que o governo federal use parte da verba arrecadada com contribuições sociais, como Pis/Cofins, para outras finalidades que não as previstas para essas contribuições. Pela regra em vigor atualmente, o governo pode utilizar 30% dessa verba até 2023.

Na prática, isso significa que a União consegue utilizar recursos destinados à Previdência, saúde e seguridade social em outras áreas que considere prioritárias. O argumento dos governos estaduais é que a verba da DRU acaba tendo a função de imposto e, por isso, 20% do seu montante deveria ser distribuído aos estados.

A ação afirma ainda que o princípio federativo foi violado. "Nesse sentido, as contribuições funcionam como um imposto disfarçado com a única finalidade de

não compartilhar 20% do montante com os estados. O prejuízo aos estados, assim, é enorme. [...] A DRU, dessa forma, possibilita à União aumentar a carga tributária do país centralizando os recursos no ente federal, sem compartilhar receitas com os estados, em patente fraude à Constituição e ao princípio federativo", afirma nota dos procuradores-gerais dos estados.

O Colégio Nacional de Procuradores-Gerais estima que o valor devido aos estados chegue a R\$ 20 bilhões em 2017. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), entregue ao STF pelos procuradores-gerais dos estados, pede sejam apurados os valores não repassados nos últimos cinco anos, e que isso seja abatido das dívidas dos estados com a União. "Em vez de criar impostos previstos na Constituição e que são compartilhados com os estados, a União fez uma fraude.

Ela aumenta as contribuições sociais, que são para Previdência, e desvincula por meio da DRU, aumentando sua arrecadação de forma estonteante", afirma o advogado-geral de Minas Gerais, Onofre Batista. Em crise financeira, o estado de Minas Gerais, governado por Fernando Pimentel (PT), liderou a iniciativa de protocolar a ação contra a União.

O governador já havia

encaminhado ofício ao presidente Michel Temer (MDB) sobre a questão em abril, mas não obteve resposta. Segundo Batista, a ação não se trata de uma briga política, mas de um ajuste ao pacto federativo e no equilíbrio na distribuição de receitas. O Ministério da Fazenda não havia respondido à reportagem até a conclusão desta edição. Instrumento é opção a um orçamento muito engessado. Mais de 80% da receita do governo é vinculada, o que engessa a execução do Orçamento. Muitas vezes falta dinheiro para uma área e sobram recursos que o governo não consegue aplicar em outras.

A DRU é uma flexibilização das regras. Com ela, o governo consegue usar o dinheiro para outras finalidades que não as previstas pela regra original. Também pode usar o dinheiro para fazer superávit primário e conter o aumento da dívida pública. Os críticos a esse instrumento, dizem que a DRU prejudica o financiamento da Seguridade Social, que inclui Previdência, saúde e educação. Em meio às discussões sobre a reforma da Previdência, o Tesouro Nacional chegou a publicar um relatório sobre o tema. O órgão afirmou no final do ano passado, no documento, que mesmo que não houvesse aplicação da DRU, o resultado da Seguridade Social seria positivo somente em 2007, mantendo déficits crescentes desde então.

BNDES vai antecipar dívida com Tesouro em 10 a 15 anos

Desde 2016, banco tem antecipado pagamentos a pedido do governo, que precisou reforçar o caixa apertado

Lorena Rodrigues /
BRASÍLIA

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) antecipará em 10 a 15 anos o prazo final para o pagamento de dívidas com o Tesouro Nacional. De acordo com o presidente do banco, Dyogo Oliveira, o saldo devedor poderia ser quitado até 2060, mas a antecipação desse prazo está sendo negociada com o governo.

Após o pagamento de mais R\$ 100 bilhões em 2018, o BNDES ainda terá R\$ 250 bilhões a serem quitados. "Estamos negociando com o Tesouro para reduzir esse prazo. Os pagamentos eram concentrados nos últimos cinco anos, estamos acertando um processo mais linear de devolução", afirmou ontem.

Desde 2016, o BNDES vem antecipando pagamentos ao Tesouro a pedido do governo, que

precisou reforçar o caixa apertado. Nos últimos dois anos, foram pagos R\$ 150 bilhões. Neste ano, já foram devolvidos R\$ 30 bilhões e outros R\$ 100 bilhões serão pagos até agosto, o que será essencial para o Tesouro cumprir a chamada "regra de ouro", que impede que o governo se endivide acima do patamar que investe. Para 2019, no entanto, Oliveira disse que o montante a ser pago será bem menor. "Para 2019, a lógica é o fluxo normal de pagamentos que iria até 2060."

Venda de empresas. Durante seminário no Tribunal de Contas da União (TCU), Oliveira reforçou ainda que a estratégia do BNDES agora é vender participação em empresas maduras e focar nas iniciantes. Ele disse que o banco tem em "processo de desinvestimento" todas as empresas de sua carteira. "Não posso falar quem está mais perto (de ser vendida) porque isso desvaloriza ativos, mas a estratégia está bem definida."

A meta do banco é vender R\$ 10 bilhões em participações neste

ano, dos quais 40% já foram cumpridos. Esse valor não inclui a operação que resultou na venda da Fibria para a Suzano, feita em março, que rendeu R\$ 8,5 bilhões ao BNDES. Oliveira avaliou que o resultado das participações do banco de fomento em empresas tem sido muito satisfatório – ele citou como exemplo a valorização da participação do banco na Eletropaulo de mais de 200%.

No mesmo evento, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que, no cenário atual de juros baixos, o BNDES terá de assumir mais riscos para promover o mercado de capitais brasileiro. "Se reforçarmos as medidas necessárias para que continuemos com inflação baixa e taxa de juros baixa, podemos ter uma revolução no mercado de capitais. Não sabemos o potencial que esse mercado pode alcançar", acrescentou.

Oliveira afirmou que investir em empresas iniciantes implica mais riscos, mas ressaltou que a inadimplência do banco, hoje em 1,6%, é a mais baixa do mercado.